

Jancsó, Istvan. *Na Bahia contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo, Hucitec; Salvador, Edufba, 1976. 222p

Em muito boa hora, e certamente oportuna pelo próximo bicentenário da Revolução dos Alfaiates, vem à luz o trabalho da autoria do historiador István Jancsó. Trata-se de um estudo sobre o movimento popular ocorrido na Bahia, em 1798, batizado pelos historiadores com vários nomes: Conjuração Baiana, Inconfidência Baiana, Revolução dos Alfaiates, Revolta dos Búzios. No tempo desta sedição, fervilhava viva insatisfação contra o regime colonial português nos mais diversos segmentos da população da cidade do Salvador: os ricos, como o liberal Agostinho Gomes, contra o exclusivismo comercial; os que aspiravam o acesso ao poder político, como Cipriano Barata, contra o absolutismo monárquico; o povo livre negro-mestiço da cidade, contra a discriminação racial e contra a exclusão social e política.

Este povo buscava alternativas políticas — idéias, formas de organização e alianças — para a realização de um sonho. Luís Paulino (filho), ajudante de ordens do exército de Pedro I na Bahia, em 1823, em carta endereçada a Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França (pai), marechal e deputado baiano às Cortes de Lisboa, com indignação de senhor de engenho, retratou este sonho: "Anarquistas, terríveis anarquistas, é de quem me queixo. (...) E devemos, portanto, suportar um punhado de homens que, tendo nascido sem pátria, queiram formar uma a seu jeito, para a nossa ruína?"

No tempo da ditadura militar, foi concebida uma primeira versão deste trabalho, apresentada como tese de livre docência na Universidade Federal Fluminense (1975), sob o título *Contradições, tensões, conflito: a Inconfidência Baiana de 1798*. A versão mimeografada deste trabalho circulou entre pesquisadores e estudantes de História na Bahia que, tal como os Alfaiates de 1798, também sonhavam com um Brasil democrático. Desempenhou não somente o seu papel de veículo de uma versão crítica e analítica de uma revolução popular, mas também de referência teórica sobre as possibilidades e dificuldades de formação de um consenso nacional pela democracia. Era um tempo de luta pela abertura política, pela anistia, pelas eleições livres e diretas.

Vinte anos depois, este trabalho foi mais que revisto e atualizado. Retomar o estudo do ensaio de sedição em 1798 na Bahia foi uma tarefa mais difícil do que se pode imaginar. Sobre a mesma base documental conhecida e publicada, os *Autos da Devassa do Levantamento e Sedição*

*Intentados na Bahia em 1798*, várias escritas históricas se produziram, buscando responder aos requisitos os mais diversos. O regionalismo baiano fez dos Alfaiates um dos seus avatares, para demonstrar a maior contribuição baiana, mais social e mais popular do que a mineira, para a formação do Brasil independente. Aí também buscou-se a manifestação sul-americana da Revolução Francesa, que para alguns historiadores tanto viajou pelo mundo. Outros daí extraíram o esboço de um proto-proletariado brasileiro, já precocemente socialista. Hoje, grupos culturais como o Olodum recuperam o caráter étnico da sedição de 1798, chamando-a inclusive pelo seu nome mais popular: Revolta dos Búzios. Neste campo minado, a sobrevivência depende da capacidade de interpretação. Neste domínio István Jancsó se esmerou! Procedeu uma verdadeira fotossíntese da matéria histórica, tal como versejou Caetano: “Luz do sol/ Que a folha traga e traduz/ Um verde novo em folha/ Em vida, em força, em luz”.

Inicialmente, o autor faz uma rigorosa crítica da historiografia que trata da contestação na Colônia, bem como das possibilidades teóricas da interpretação das práticas contestadoras. Com muita pertinência, situa a insatisfação contra o Regime Colonial no Brasil em um quadro ibero-americano e este inserido em uma conjuntura europeia de crise do chamado “Ancien Régime”. É extremamente enriquecedor, como também curioso, ver comparada ou confrontada aos Alfaiates da Bahia a contestação ao “Ancien Régime” na Hungria e na Polônia. Isso pode ir na contra corrente de uma tendência atual de uma historiografia, de matriz antropológica, que prefere uma leitura mais particularista da História e um recorte menor de seus objetos mas, certamente, não atenta contra a baianidade. Diz o antropólogo Antonio Risério que o baiano é um ser cósmico. O poeta Capinam também afirma que o baiano é um ser particular que se pretende universal!

No entanto, a abordagem globalizante do autor não dispensa uma caracterização atenta da formação sócio-econômica baiana, na qual trilha um caminho conceitual de Florestan Fernandes, e com grande influência de Kátia Mattoso, ressaltando o caráter estamental de uma sociedade escravista, de onde faz emergir o sistema de contradições que engendra a revolta.

Ao entrar diretamente na matéria histórica a ser traduzida, a sedição de 1798, por um breve momento o empenho interpretativo cede espaço a uma preciosa narrativa da movimentação dos sediciosos e da ação repressiva. Para sustentar a sua tese de um ensaio de união nacional contra o regime colonial português na sedição de 1798, constrói uma refinada argumentação que conduz a um ponto de intercessão de dois projetos contestadores: o projeto das elites coloniais descontentes, ou seja, dos

brancos da terra, que conspiraram; o projeto dos partidários da igualdade, os negros e mulatos, que agiram.

Descobre no Arquivo do Tombo, em Portugal, os autos do interrogatório feito em 1803 contra dois ingleses: Diogo Gelliton e João Farrel. Os acusados falam de um José Borges de Barros, comerciante baiano, falsificador de moedas, e de seus mirabolantes planos de sublevação da Bahia, incluindo a aliança com soldados e mulatos. Na trajetória deste comerciante o autor busca a evidência da participação ativa, e até hegemônica, das elites coloniais na sedição de 1798. Esse Borges de Barros é um personagem mal identificado na documentação relativa à sedição, possivelmente irmão do rico Domingos Borges de Barros, tão excentricamente liberal que dispunha-se a defender nas Cortes de Lisboa, em 1821, para a qual fôra eleito deputado, a libertação das mulheres que, segundo ele viviam submetidas a uma escravidão mais odiosa do que a dos escravos. Sua filha, a Condessa de Barral, liberalíssima em sua correspondência com Pedro II, foi uma senhora de engenho atípica. Aversa à escravidão, liberta os escravos de seus engenhos de açúcar, desativando-os em seguida. Se o comerciante José foi excêntrico como o irmão e a sobrinha, poderia ele ser um legítimo representante de sua classe nas negociações com o povo afro-brasileiro?

Como avaliar a sinceridade e a eficácia de alianças políticas entre brancos ricos e negros pobres em uma Bahia colonial? Nada como um dia após o outro — deixemos falar a História.

O comportamento da elite branca descontente se revelará em 1820, quando da eclosão da Revolução Constitucionalista. Os líderes são os mesmos, Cipriano Barata, Agostinho Gomes e outros. A revolta do povo urbano é a mesma. Através cartas e jornais trazidos por três navios, os revolucionários baianos sabiam desde o dia 30 de novembro de 1820 do sucesso da revolução liberal em Portugal. Deliberadamente mantiveram as tropas rebeldes em prontidão nos quartéis e adiaram a eclosão da revolução para depois das festas de fim de ano e período de fechamento da alfândega — normalmente tempo de menor controle sobre os escravos e de maior turbulência urbana — justamente para evitar qualquer possibilidade de revolta negra. A 10 de fevereiro, os liberais fazem a sua revolução e tudo o que tem a oferecer ao povo é uma promoção geral para todos os soldados, o pagamento de soldos atrasados e o toque de recolher para todos os negros. Isto não está no livro do István. Esta é uma questão metodológica importante que nos suscita este trabalho: como analisar um momento crítico da História de um povo sem situá-lo em uma conjuntura mais longa de modo a perceber a explicitação de processos históricos mais complexos?

Retomando a questão das alianças, agora do lado dos Alfaiates, busca também o autor os sinais de abertura para as elites descontentes da Colônia, pelo uso da linguagem comum da ideologia revolucionária francesa. Neste particular ele reage às leituras feitas pelos historiadores que propõem uma revisão da influência do Iluminismo, da Independência americana e da Revolução francesa nas inconfidências brasileiras, tais como Kenneth Maxwell e, principalmente, Kátia M. de Queirós Mattoso. Para tanto, Jancsó retoma a leitura dos boletins afixados pelos sediciosos em locais públicos na Bahia, os mesmos analisados pela historiadora baiana, para fazer a sua demonstração em sentido contrário: um projeto de revolução nacional alimentado pelas chamadas “idéias francesas”. A qualidade das duas análises torna esta controvérsia do maior interesse para quantos se interessem pela hermenêutica histórica.

O último capítulo, é seguramente o mais polêmico do livro. Nele, o autor recompõe uma pauta de reivindicações, um projeto de alianças, um esboço institucional para um “Novo Regime” formulados pelos Alfaiates. Aí, com Lukacs na cabeça, Revolução Francesa à mão como paradigma e olhos voltados para as experiências históricas do Leste europeu, entrega-se apaixonadamente à construção de um modelo universal de revolução política possível, em sociedades agrárias e coloniais. Ao ler este último capítulo, fui quase levado a acreditar que João de Deus do Nascimento era polonês!. Atenuado o impacto, percebe-se que a rica erudição dos argumentos e os imperativos lógicos da interpretação terminam empurrando István Jancsó excessivamente a leste, afastando-o em muito de sua abordagem inicial ibero-americana, pela qual seguramente teria encontrado na Bahia as influências de uma revolução liberal sul-americana, bem mais aculturada, com menos partidos e mais caudilhos, com menos Dietas e mais Cabildos e Câmaras Municipais, na qual a referência mítica é Bolívar e não Danton.

No entanto, o que decerto produzirá um debate mais vivo é a proeza que consegue o autor em montar um modelo de ação revolucionária com referências intelectuais, políticas e culturais exclusivamente européias, tendo como matéria histórica estudada uma sedição que a rigor foi intentada por negros e mulatos. A cor foi tratada no livro apenas como um elemento de discriminação em uma sociedade estamental e escravista. Negros e mulatos não foram estudados também como portadores de uma cultura afro-brasileira, na qual se processariam formas diversas de entender e projetar um ideal nacional, formas organizativas peculiares, bem como limites e condições de alianças possíveis com os brancos da terra.

Fazer História é também escrever História, nisso Michel de Certeau tem razão. Um excelente historiador, como István Jancsó, termina revelando e resolvendo no domínio da escrita os seus problemas de interpretação. Não é à toa que as últimas linhas deste livro são dedicadas à perplexidade das elites baianas diante do povo negro-mestiço:

O alerta de Cipriano Barata, preso, absolvido e afinal libertado em 1800, ao seu amigo Luis Gersent, é emblemático dos tortuosos caminhos do aprendizado das elites brasileiras, deste percurso que é o do tudo e nada aprender. Propagandista dos ideais de liberdade já neste quadrante da História, recomendava, ainda em 1798: ‘cuidado com a canalha africana’.

O livro *Na Bahia contra o Império*, pela sua correção metodológica, pela erudição e pela polêmica que provocará, poderá cumprir o papel de reavivar a reflexão sobre a dinâmica das lutas das classes na História colonial brasileira. E mais, sua importância ultrapassa os requerimentos de um público amante da História, pois trata de uma problemática crucial, qual seja a reflexão sobre as possibilidades de articulação política de classes diferentes em torno de objetivos nacionais, que é atualíssima em um momento de crise econômica mundial e de agravamento de tensões sociais, no qual se manifesta uma tendência generalizada à desagregação política, o que Michel Mafesoli chama de “transfiguração do político ou tribalização do mundo”. É hora de pensarmos todos, cidadãos deste país, o Estado nacional brasileiro como projeto incompleto, e o livro de Jancsó nos traz valiosa contribuição neste sentido.

*Ubiratan Castro de Araújo*  
*Universidade Federal da Bahia*  
*Departamento de História*